SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Terça-feira, 14 de fevereiro de 2012 | JJ 443 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** *| Tel.: (11) 3222.5833*

Por data-base e contra congelamento, trabalhadores lançam campanha salarial unificada

Wladmir Aguiar



Reforma da Previdência, em 2003 - Trabalhadores do funcionalismo público enfrentam um dos maiores ataques da história, feito pelo governo Lula.

Trabalhadores públicos federais vão lançar, nesta quarta-feira (15), em Brasília, a campanha salarial unificada. Com um ato nacional, as diversas categorias do funcionalismo iniciam uma luta que se estenderá pelos próximos meses e que terá dois alvos centrais: derrubar a política de reajuste zero traçada pela presidente Dilma Rousseff e impedir a aprovação de projetos que reduzem direitos dos trabalhadores. A assembleia do sábado, dia 11, definiu a participação da categoria nessa campanha. Maiores detalhes estão na página 03.

Entre os projetos combatidos está o PL 1992, que o Planalto tenta aprovar na Câmara ainda em fevereiro e que significa a continuidade da Reforma da Previdência, iniciada em 2003. A luta contra esse ataque foi a última campanha na qual o conjunto do funcionalismo público estava unido. Na página 07 há um relato sobre aquele momento, bem como uma nota sobre a PEC 270, que corrige algumas maldades daquela reforma.

As páginas 04 e 05 estão dedicadas ao 34° Conselho de Base, quando foi debatida a destinação dos recursos da União. Como você verá ao longo deste jornal, atualmente, quase metade do Produto Interno Bruto é destinado ao pagamento e rolagem da dívida pública. Isso explica por que faltam recursos para saúde, educação, habitação, reajustes salariais ao funcionalismo.

Essa política de arrocho e precarização do serviço público vem sendo aplicada também pelas administrações dos tribunais. Por isso a administração do atual presidente do TRF-3, desembargador Roberto Haddad, não deixará saudades na categoria, um breve balanço dela está na página 02.

O governo Dilma sabe do poder que os trabalhadores têm. Por isso, está aplicando uma série de medidas com vistas a restringir as greves e mobilizações. Se necessário, vai usar a força, inclusive contra a gente.

Não é para menos que as greves dos Policiais Militares na Bahia e no Rio de Janeiro estão sendo duramente reprimidas, com a prisão dos líderes. É com a mesma intenção que o os tribunais estão tentando impor uma série de restrições ao nosso Direito de Greve. Vale a pena ler o texto que está na página 06, sobre a resolução do Conselho da Justiça Federal. Também na página 06 está o texto abordando a portaria do TRT-2 determinando a compensação da greve do ano passado.

Essa mesma lógica está por trás das ações de despejo, que estão acontecendo aos montes país afora. Com o crescimento dos investimentos imobiliários, as ocupações urbanas estão sendo cada vez mais criminalizadas. Foi assim no Pinheirinho, na cracolândia, e em outras desocupações na capital. Para falar sobre isso, entrevistamos o defensor público Jairo de Souza, de São José dos Campos. A publicação está na página 8.

Confira nesta edição:

Desrespeito às reivindicações dos trabalhadores marca gestão de Haddad no TRF-3 *Página 02*

Assembleia Estadual aprova Campanha Salarial Unificada e luta pelo PCS-4 *Página 03*

Sem acordo com o Sintrajud, TRT-2 determina forma de compensação dos dias parados *Página 06*

Depois de 20 anos de luta, oficiais de justiça conquistam Central Única de Mandados *Página 06*

"O Estado aposta na solução militar para resolver problemas sociais", diz Defensor Público *Página 08*

Recursos da União são destinados para pagamento dos juros e amortização da dívida

O Judiciário se tornou um órgão arrecadador da União. E para onde vai esse dinheiro?

Por Juliana Silva

A amortização da dívida leva quase 41% dos recursos da União. E sabe o que sobra para os investimentos públicos? Quase nada!

Para manter essa proporção, são necessários cortes nos investimentos com saúde, educação, segurança, transporte e cultura. Assim, a maior parte dos recursos vai para especuladores financeiros e banqueiros. Segundo estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, em 2011 foram gastos quase R$ 2 bilhões por dia com a Dívida Pública.

Judiciário se tornou um órgão arrecadador do governo

A tese do governo Dilma Rousseff para não conceder reajuste aos trabalhadores do judiciário, alegando que não há orçamento, é no mínimo falaciosa.

Estudos do departamento Econômico do Sintrajud mostram que o total de recursos "arrecadados" por meio do Judiciário em 2011 é de aproximadamente R$ 12,6 bilhões. Sendo o custo anual bruto do PL 6613/09 de R$ 7,3 bilhões, seria possível pagar o PCS-4 apenas com o valor arrecadação.

PL 549/09

Parte desta política de desmonte do serviço público, para garantir o pagamento dos juros e amortização da dívida, está a aprovação do PL 549/09, que congela os salários do funcionalismo e investimentos nos serviços públicos por dez anos.

Para barrar essa política, com a imposição do reajuste zero, é preciso fortalecer as lutas do próximo período e construir a unidade dos trabalhadores do setor público.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Corrupção - filha dileta do Capitalismo

Mauricio Tadeu Pires Bastos*

"A UTOPIA não é o irrealizável, é o irrealizado" frases dos cartazes levados pela população nos protestos nos países da Europa em crise

O tema "CORRUPÇÃO" tem sido explorado pela imprensa dentro de uma visão moralista e conservadora.

Os ministros, assessores e outros dirigentes públicos acusados por atos de corrupção são apontados como agentes com "desvios de conduta pessoais" e a corrupção como sendo fruto de um modo errado de agir do indivíduo.

A mídia quer perpetuar a idéia que o corrupto é um ser imoral mas "o Sistema é bom; que o corrupto deve ser castigado e o Sistema preservado". Insinuam também que o serviço público é, por natureza, corrupto e, portanto, os setores privados devem controlá-lo.

É uma análise superficial. A questão é bem mais complexa.

O antropólogo Roberto da Matta bem observou certa vez que "a corrupção nunca é um ato individual, ela sempre envolve grupos de pessoas atadas por uma regra fundamental de associação: a troca de favores. Esta corrupção coletiva é fundada na moralidade tradicional, nas amizades bem estabelecidas e na oportunidade disponível, permite que crimes sejam praticados com impunidade e é caracterizada por uma arrogância intolerável."

Aos órgãos de imprensa não interessa fazer uma análise mais abrangente e profunda das causas da corrupção e apontar corruptores e corrompidos.

Pois bem, corrupção é fenômeno eminentemente político, não apenas moral.

A corrupção é produto e forma de existência do capitalismo, praticamente institucionalizada por ele. É meio de domínio político que promove acesso priviliegiado aos grupos de poder.

A estrutura do Capitalismo que valoriza o lucro, a competição e o capital especulativo, que exclui e educa as pessoas de forma individualista e egoísta é o ambiente propício para a existência da corrupção.

A corrupção nasce, cresce e impera num ambiente produzido pela formação elitista do estado, pela diferença entre as classes sociais. É a apropriação dos recursos públicos pela elite para finalidades privadas.

O capitalismo é a "apropriação privada das riquezas produzidas coletivamente é a realização do interesse próprio e imediato do indivíduo, ignorando o bem comum"

Por definição os conceitos de corrupção e capitalismo se misturam e se completam.

Combater a corrupção é combater o capitalismo e todas as suas formas de exploração do homem.

*Com trechos citados das revistas Carta Capital e Le Monde Diplomatique setembro/outubro-2012.

*Tribunal Regional Eleitoral

A coluna "Ideias", publicada regularmente no Jornal do Judiciário, é um espaço para livre expressão de opinião da categoria. Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud. Os textos para esta seção, com no máximo 45 linhas de 2.000 toques, devem ser enviados ao endereço eletrônico imprensa@sintrajud.org.br. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

O próximo texto a ser publicado será "O Trator" de Maria Luiza Bonini – Aposentada do TRE.

Saudades?

Desrespeito aos trabalhadores marca gestão de Haddad no TRF-3

Em 2011, devolveu para a União mais de R$ 45,6 milhões, ou 9,22 do orçamento total.

Juliana Silva

O desembargador federal Roberto Haddad, presidente do TRF 3, encerra sua gestão deixando uma marca de desrespeito com os trabalhadores. Uma administração onde a distância de seu gabinete e os trabalhadores foi quase infinita.

A única vez que Haddad recebeu a entidade de classe dos trabalhadores do judiciário, só reafirmou o desrespeito, pois nunca encaminhou as reivindicações levadas pelo sindicato, limitando a participação na reunião.

Como membro efetivo do Conselho da Justiça Federal, Haddad nunca fez um movimento nas negociações para aprovação do PCS-4. Nas sessões do CJF e no Conselho da Administração, onde também era presidente, quando havia em pauta alguma reivindicação dos trabalhadores, seu voto era sempre contra a categoria.

Entre os muitos problemas desta administração, como o crescimento dos casos de assédio e a precarização com a crescente terceirização no TRF-3 e na JF, a imposição de metas para o "sucesso" do Mutirão se destacou. Para dar conta de tamanho volume de trabalho, muitos trabalhadores chegaram ao adoecimento pela exaustão. Ao final, sequer receberam um "obrigado" da administração e muito menos o pagamento das horas-extras devidas para execução deste trabalho.

Pró-Social: o que fará o novo presidente?

Haddad encerra a sua gestão com mais uma medida de desrespeito, acabando com subsídio a tratamentos psicológicos, psiquiátricos e odontológicos. A "solução encontrada" foi transferir ao Pró-Social o déficit. Fazendo com que, neste ano, os trabalhadores arquem integramente com os custos de vários benefícios.

Em relação ao convênio médico, Haddad tentou jogar o déficit no bolso da categoria. Foi necessária a mobilização vitoriosa dos trabalhadores que evitou a imposição de um aumento abusivo no convênio médico e a co-participação na realização de exames e consultas.

A categoria seguirá reivindicando do novo presidente do TRF-3, desembargador Newton De Lucca, o retorno dos benefícios do Pró-Social e a revisão dos valores do benefício para a saúde.

Expectativas com a nova Administração

O mínimo que se espera é que a nova administração do TRF-3 esteja disposta a abrir e manter um canal de diálogo com a categoria, para resolver no âmbito administrativo as várias demandas dos trabalhadores. E resolver problemas como o fim do assédio moral, excesso de trabalho e melhores condições de trabalho entre outras demandas.

SINTRAJUD Jornal do Judiciário FENAJUFE CSP Conlutas

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Sllva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Assembleia Estadual aprova Campanha Salarial Unificada e luta pelo PCS-4

A primeira assembleia estadual da categoria, realizada no sábado dia 11, ratificou o calendário de mobilização do conjunto do funcionalismo

Por Juliana Silva

Este será o sexto ano sem reajuste salarial imposto por uma política de Estado, onde os representantes dos poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário "comungam" de uma mesma política: congelamento salarial a todo funcionalismo público. Por isso, é importante compreender que tanto Peluso, como Dilma e o Congresso Nacional estão todos unidos contra os trabalhadores.

A aplicação do arrocho salarial e desmonte do serviço público está inserida na política de ajuste fiscal, para garantir o pagamento de mais de R$ 700 bilhões em juros e amortizações da dívida pública.

É isso que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário apóiam para barrar o reajuste dos trabalhadores do judiciário.

Por que é necessária a unidade?

Para responder a um "inimigo" tão forte e unido aos trabalhadores a unidade para enfrentar o governo. Para isso é importante que a categoria se prepare para as próximas lutas que exigirão uma ampla unidade entre os trabalhadores do judiciário federal com as demais categorias do serviço público.

As lutas isoladas, entre os trabalhadores do setor público, já mostraram a sua ineficiência. "É preciso construir a unidade com todos os trabalhadores do setor público, como as grandes greves construídas até 2006, onde a categoria saía vitoriosa, sozinhos somos derrotados", lembrou o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues.

A fragmentação do funcionalismo serve apenas para o governo impor sua política de reajuste zero, com vem fazendo com os trabalhadores do judiciário federal. Para Inês Leal de Castro "a divisão facilita o governo a nos derrotar, aplicando a mesma política de arrocho salarial, é preciso nos unir com outros setores do funcionalismo, sem abandonar as nossas bandeiras", alertou a diretora do sindicato.

Calendário de mobilização da Campanha Salarial Unificada

Para unificar os trabalhadores do funcionalismo público e derrotar a política de reajuste zero, várias entidades estão construindo um calendário dos Servidores Públicos Federais para a Campanha Salarial Unificada de 2012:

15/02: Lançamento da Campanha Salarial em Brasília

03/03: Seminário Nacional da CNESF

04/03: Plenária Nacional da CNESF

12 à 16 /03: Jornada Nacional de Lutas dos Servidores Públicos Federais com as ações nos Estados

28/03: Marcha Unificada em Brasília

29/03: Atividade dos aposentados e pensionistas nos Estados

2ª. Quinzena de Abril: Indicativo de greve unificada dos servidores.

Em São Paulo as entidades do funcionalismo público estão preparando a Campanha Salarial Unificada no estado. A primeira reunião realizada no Sintrajud, com a presença de várias entidades, definiu pela incorporação ao calendário nacional da Campanha Salarial Unificada de 2012.

Para organizar as próximas atividades está marcada uma nova reunião no dia 28 de fevereiro, às 19h, na sede do Sintrajud.

Dia 15 será o lançamento da Campanha Salarial Unificada, em Brasília

A primeira tarefa dos trabalhadores do judiciário federal na construção do calendário unificado será o lançamento da Campanha Salarial Unificada 2012, dia 15 de fevereiro, no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, às 10h.

Em seguida, haverá o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos, no Plenário I, da Comissão de Constituição de Justiça, às 14h.

Para enfrentar a política de arrocho salarial e exigir o respeito à data-base e aprovação do PCS-4, a Assembleia Estadual indicou os representantes do Sintrajud que participarão do Lançamento da Campanha Salarial Unificada. Irão à Brasília os diretores Adilson Rodrigues Santos, Inês Leal de Castro, Erlon Sampaio, Fausta Camilo, o diretor de base Marco Antonio Batista dos Santos e os aposentados Maria Helena Garcia Leal, Márcio Lóis e João Evangelista.

Joca Duarte



11.02.2012- Trabalhadores participam de assembleia no Sintrajud.





Data-base

Há quase 16 anos os trabalhadores públicos enfrentam o desrespeito à data-base. Constitucionalmente, a data-base deveria fixar o índice anual para reposição das perdas salariais.

As principais resoluções aprovadas para construção da mobilização em 2012:

- **Construir Campanha Salarial Unificada em conjunto com os demais trabalhadores públicos federais, combinando pauta geral e específica;**
- **Construir estrutura financeira e operacional suficiente para bancar greve em 2012;**
- **Reforçar o trabalho de base na Justiça Eleitoral para a construção da luta unificada da categoria;**
- **O PCS-4 dentro da Campanha Salarial Unificada será o pleito principal dos trabalhadores do judiciário;**
- **Cobrar atuação do Supremo Tribunal Federal para aprovação do PCS-4;**
- **Acompanhar elaboração do orçamento do Judiciário desde já, para garantirmos a inclusão do PCS-4.**

Ação dos 11,98%

O servidor que tiver ação dos 11,98% e quiser informações quanto os honorários, deve procurar o Departamento Jurídico pelo telefone (11) 3222-5833.

Unidade do funcionali contra os trabalha

Debates sobre conjuntura, balanço da Greve e perspectivas para a mobilizaçã

A greve do ano passado, ao menos em São Paulo, teve momentos de muita força e participação. Além dos prédios da capital, fóruns do interior, que nunca haviam aderido a uma paralisação, vieram para a luta pelo PCS. Mesmo assim, a categoria não teve sua reivindicação atendida. Por quê?

Quem esteve no 34° Conselho de Base, realizado no auditório do Sintrajud no sábado, dia 11 de fevereiro, pôde debater com colegas de várias cidades e fóruns, economistas e dirigentes sindicais de outros estados quais foram os maiores empecilhos para a luta da categoria.

Em qual conjuntura se insere a mobilização pelo PCS?

A análise feita no 34° CB partiu de uma constatação: nos últimos dois anos, todos os setores do funcionalismo foram derrotados em suas reivindicações salariais.

O governo Dilma conseguiu manter a política de congelamento contando com o apoio do Judiciário e do Legislativo.

O STF até ensaiou uma liminar no último minuto determinando ao Executivo a inclusão do orçamento necessário que viabilizasse o PCS. Mas não passou de outro jogo de cena, pois o que a categoria enfrentou foi uma política articulada entre os Três Poderes para levar a cabo o congelamento salarial e o desmonte do serviço público.

Portanto a postura omissa e negligente da cúpula do Supremo, que se manteve calada diante de todas as afrontas à Constituição, serviu para manter o congelamento salarial da categoria.

O mesmo aconteceu no Legislativo, onde a submissão ao Executivo ficou evidente e teve o mesmo papel. A sanha daquele Poder em seguir as ordens de Dilma foi tamanha, que na votação do orçamento de 2012, ocorrida em 22 de dezembro do ano passado, trabalhadores do Judiciário chegaram ser agredidos por seguranças da Câmara Federal.

Essa imposição, muitas vezes violenta, para impedir que uma pequena fatia do Produto Interno Bruto (PIB) seja destina ao reajuste salarial do conjunto do funcionalismo. E é nessa conjuntura que está inserida a luta dos trabalhadores do Judiciário.

Crise econômica

No domingo dia 12, o governo Grego aprovou um "pacote de austeridade" determinado a demissão de 150 mil servidores públicos e um corte de 22% no salário mínimo do país.

É um violento ataque contra a classe trabalhadora daquele país. Respondido pelas manifestações que tomaram conta de Atenas neste domingo.

Seria um grande erro imaginar que a situação dos trabalhadores brasileiros é muito diferente, ou que o país estaria imune à crise. Os indicadores econômicos mostram uma diminuição no PIB em relação ao ano anterior, a crescente desindustrialização e a diminuição das exportações são efeito da crise mundial e exemplos de como a economia brasileira está intimamente ligada à situação em outros países.

Desde a aprovação do último PCS, em junho de 2006, a perda salarial da categoria é de 35,11%. Ou seja, depois de seis anos de reajuste zero, os trabalhadores do Judiciário já perderam mais de um terço de seu poder de compra. Vale a pena conferir os gráficos ao lado.

A desculpa de Dilma para aplicar, a ferro e fogo, a política de reajuste zero, é ganhar a credibilidade dos mercados. Declarações de membros da equipe econômica do governo afirmando que o Brasil precisa manter a sua política de austeridade estão diariamente nos jornais.

Aumento da repressão

Para tentar impedir que os trabalhadores se organizem e lutem, qualquer reivindicação é tratada como crime. Para levar a diante essa repressão, em muitos casos, quando a legislação beneficia o trabalhador ela não é respeitada nem pelo Poder Judiciário.

A presidente Dilma não quis saber se a Constituição estava sendo desrespeitada quando vetou o orçamento do Judiciário. Da mesma forma que a presidente ignora a Carta Magna ao não respeitar a data-base para os trabalhadores públicos.

O mesmo aconteceu na desocupação do Pinheirinho. Mesmo com a vigência de decisões liminares impedindo a ação da PM e da guarda municipal e a derrubada das casas, o Comando da Polícia, pelo TJ-SP e pelo Governo do Estado colocaram na rua mais de seis mil pessoas.

Outro exemplo disso foi a prisão do cabo Daciolo, bombeiro no Rio de Janeiro, interceptado numa escuta clandestina com a deputada estadual

O que os trabalhadores disseram no 34° Conselho de Base do Sintrajud

Durante do CB, vários trabalhadores defenderam suas opiniões. Abordando questões como a consciência dos colegas, a crise econômica, o crescimento da repressão contra os trabalhadores, a disposição de luta da categoria, a necessidade da unidade com os demais setores do funcionalismo, o papel do Judiciário nessa conjuntura.



Gilberto Terra: *"A gente fica estarrecido com a falta de consciência (de alguns colegas) do atual estado de coisas... Há um processo de criminalizar os movimentos... Se você tira o direito de um PM que ganha um salário de fome, o Estado tem a obrigação de lhe dar reposição salarial. E ele (o PM) tem direito à desobediência civil, que é um dos pilares da democracia".*



Maria Helena Leal, aposentada: *"Queria destacar o empenho pessoal desta direção, que conduziu tão bem a luta até o final. A gente mostrou a nossa cara. Levar a luta conjunta é fundamental. Vamos superar as dificuldades e nos juntar a todos os (trabalhadores) federais".*



Cilmara Santos, do TRF-3: *"A alienação da categoria me assusta. Ela não acha que a crise da Grécia vai afetar o seu bolso. Precisamos explicar isso para ela... O Judiciário está desmoralizado, no tapete. E o Executivo quer um Judiciário capacho".*



Ana Luiza, do TRF-3 e diretora da Fenajufe: *"Vivemos uma conjuntura diferente dos PCSs anteriores... Essa é a maior crise desde 1929 e há uma grande unidade da burguesia mundial para oprimir todos os trabalhadores, seja no serviço público, na iniciativa privada, os sem teto, sem terra. Precisamos entender isso e enfrentar de maneira unitária. Somos capazes de reagir".*



Dalmo Duarte, do TRF-3 e diretor do Sintrajud: *"Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, mas foi insuficiente. Vamos ter que fazer muito mais. O acampamento em Brasília abre a perspectiva de movimentos mais radicalizados. A via institucional sem uma ampla mobilização não quer dizer nada".*



Antonio Melquiades, do fórum Pedro Lessa, diretor do Sintrajud e da Fenajufe: *"Há o sucateamento do serviço público para facilitar a privatização e a terceirização. Para isso, também querem enfraquecer os sindicatos. Temos como combater isso, com unidade com outros servidores federais, porque temos pautas comuns, como a reivindicação da data-base".*



Alice Vicente, da JF de Marília: *"Muitas vezes, a pessoa não percebe que o problema que ela tem é o mesmo problema do outro. As pessoas não percebem que estão sendo atingidas pelas mesmas mãos... O que está faltando é uma discussão política mais aprofundada. Ou a gente para com a discussão do umbigo, ou seremos derrotados".*



João Evangelista, oficial de justiça aposentado do TRT-15: *"Nossa greve é destinada ao Poder Judiciário, nosso problema é com o Poder Judiciário, que é um poder autônomo e independente... A nossa briga não é com o governo, nem com o sistema capitalista. A nossa briga é pelo reajuste".*

ismo, crise e aumento da repressão adores são debatidos no 34° CB

o neste ano abordam questões como conscientização da categoria, superação do individualismo e unidade de todo funcionalismo

fluminense, Jandira Rocha (Psol). A reivindicação da Polícia Militar da Bahia está sendo tratada como uma questão de segurança nacional, como acontecia na época da Ditadura. Agora é um governo do PT que age assim.

Algum trabalhador do Judiciário poderá dizer que esse tipo de repressão nunca chegará à categoria. Infelizmente não é assim. Em 2010, num histórico piquete em frente ao Tribunal Regional Eleitoral a PM fortemente armada foi tentar impedir a adesão dos colegas à greve.

E há outra forma de repressão aos trabalhadores do Judiciário, que já está acontecendo. Os atos administrativos e as resoluções dos conselhos que administram a Justiça, como o corte de ponto, a retirada de FCs e o assédio moral. Por exemplo, a resolução do Conselho da Justiça Federal impondo severos limites à greve da categoria.

Ou seja, para impedir que os trabalhadores tenham qualquer reivindicação atendida, seja de moradia popular, ou reposição salarial, o aparelho do Estado age. Nas lutas mais radicalizadas, são mobilizadas as forças repressoras, inclusive o Exército; no Judiciário, por enquanto, para impedir que a greve seja retomada, edita-se uma resolução.

Retirada de FCs e assédio moral

Durante a greve, houve denúncias de casos de assédio moral em diversos locais. Juízes que também estão com os subsídios congelados tentaram colocar oficiais de justiça à disposição, por terem aderido à greve, retiraram funções comissionadas retroativamente de outros trabalhadores, além de casos de ofensas e humilhações. Essas práticas também representam um ataque à categoria, e quem as pratica está fazendo um favor ao governo.

Unidade entre os todos os trabalhadores públicos

As campanhas salariais dos últimos dois anos trouxeram lições a todos os trabalhadores públicos. Como nenhuma categoria obteve o reajuste pretendido, mesmo com muitas greves e manifestações acontecendo.

A conclusão de várias entidades sindicais é que a divisão das reivindicações do conjunto do funcionalismo em pautas específicas não terá nenhum resultado. Esse recado foi dado por Saulo Arcangeli, diretor do Sintrajufe/MA, da Fenajufe e da CSP-Conlutas. Esse sindicato representa os trabalhadores do Judiciário e Ministério Público no Maranhão.



"É uma luta que precisamos seguir com todos os servidores federais. Virão muitos ataques e é importante que estejamos todos juntos", Saulo Arcangeli

Defendendo a adesão dos trabalhadores do Judiciário Federal em São Paulo ao calendário nacional do conjunto do funcionalismo, Saulo destacou: "É uma luta que precisamos seguir com todos os servidores federais. Virão muitos ataques e é importante que estejamos todos juntos".



"Não é uma crise qualquer, da dívida. É uma crise do sistema. É todo um sistema que está em questão. No quadro de uma crise mundial, não vão querer nos dar nenhum centavo", Washington Moura Lima, economista.



Henrique Sales, da JT Barra Funda e diretor do Sintrajud: *"Este ano, vai ter greve para todo o lado e há a criminalização dos movimentos sociais. A mídia fala mal dos estudantes da USP, defende a ação da PM no Pinheirinho... está tudo ligado. Nos últimos cinco anos, nenhuma categoria ganhou as greves. Temos que fazer uma greve com todo mundo junto".*



Fausta Camilo Fernandes, diretora do Sintrajud e oficial de justiça em Taubaté: *"Todos os servidores públicos federais estão enfrentando a mesma situação. Se estivermos unidos aos trabalhadores da Receita (Federal), da Polícia Federal, do INSS... nossa força será outra".*

Dados ICV Diese sobre Inflação acumulada de junho de 2006 a janeiro de 2012

Total de inflação geral: 35,11%

Total de inflação alimentação: 58,87%

Total de inflação educação (cursos formais)**:** 47,60%

Elaboração Departamento Econômico Sintrajud/SP
Washington Luiz Moura Lima – Coordenador
Diego Passos - Estagiário



Cléber Borges Aguiar, do TRF-3 e diretor do Sintrajud: *"É importante trabalharmos junto com os demais servidores públicos federais e também pelo PCS. Para enfrentar o governo só com unidade".*



Romeu Meirelles, da JT Barueri: *"Esse é um dos piores governos para o movimento sindical. É assim que ele tira a nossa legitimidade, a nossa voz. Para controlar o movimento popular, agem com assistencialismo na base da pirâmide e com corrupção no topo, sacrificando quem está no meio. Esse governo tem investido na ideologia do individualismo".*



Inês Leal de Castro, diretora do Sintrajud e da Justiça Trabalhista: *"Há um recrudescimento na crise econômica mundial. A política aplicada aos servidores públicos no Brasil é a mesma que os governos europeus estão tentando impor aos trabalhadores de lá".*

Sem acordo com o Sintrajud, TRT-2 determina forma de compensação dos dias parados

Publicada na segunda-feira, dia 12, portaria desconsidera pleito da categoria e apresenta uma série de lacunas. Assembleia na sexta debaterá recurso e nova tentativa de negociação com tribunal.

Por Caê Batista

Na segunda-feira, dia 12 de fevereiro, a presidência do TRT-2 publicou uma portaria definindo como será a compensação dos dias paralisados durante a greve do ano passado.

A portaria determina que 65% da compensação seja feita hora a hora, e o restante compensado por serviço. A diretoria do Sintrajud afirma que a publicação desta portaria é uma medida unilateral do presidente do TRT-2, desembargador Nelson Nazar, e que irá recorrer.

Na sexta-feira, dia 17, tem assembleia no fórum trabalhista Ruy Barbosa, 13h. Na ocasião, categoria vai debater o que será feito.

Nas três reuniões que antecederam a publicação, a administração do TRT-2 insistiu que a compensação da maior parte da greve ocorresse na forma hora a hora. Modalidade rejeitada pelo sindicato, que defende a compensação por serviço.

Reuniões não chegam a um acordo

A última reunião com o presidente do TRT-2 foi realizada na quinta-feira, dia 09 de fevereiro,. As anteriores foram com o diretor geral tribunal, Luis Alberto Daguano, e com a diretora de pessoal, Denize Mota. Representando o Sintrajud estiveram: Inês Castro, Leica Silva e Tarcísio Ferreira, além do advogado da entidade, César Lignelli.

Após a primeira reunião, o Sintrajud apresentou memoriais aos representantes da administração com argumentos em favor da compensação por serviço, solicitando uma nova reunião, que foi realizada na terça-feira, dia 07 de fevereiro.

Na ocasião, os representantes da administração informaram que apesar dos argumentos apresentados pelo sindicato, a presidência publicaria ato determinando que 65% da compensação deveria ser feita hora a hora, o restante seria feito por serviço.

Posição reafirmada na quinta-feira, dia 09, pelo presidente Nelson Nazar, em reunião com o sindicato e confirmada com a publicação da portaria.

Na avaliação da diretoria do Sintrajud, a postura da presidência do tribunal deveria ser outra, pois não houve uma negociação efetiva nessas três reuniões. Além disso, para o Sintrajud, os argumentos apresentados pela entidade deveriam ser apreciados antes da publicação de qualquer ato.

Na reunião, o desembargador disse que avaliará os memoriais elaborados pelo Sintrajud. Nesses documentos, o sindicato argumenta que a compensação por serviço é mais racional e eficiente. Tanto que vários tribunais no país adotaram essa forma de compensação.

Os sindicalistas argumentaram que os trabalhadores da JT já estão colocando o serviço em dia. Ainda ponderaram que a compensação hora a hora é uma forma de punir os trabalhadores que exerceram um direito legítimo, contra uma situação de arrocho.

O Sintrajud voltará a procurar a presidência do TRT-2, para tentar estabelecer uma efetiva negociação em torno da compensação dos dias paralisados.

Kit Gaion



31.01.2012 - No saguão do Fórum Ruy Barbosa trabalhadores debatem a compensação.

Portaria contém lacunas e deixa brechas prejudiciais aos trabalhadores

A portaria não prevê como ficará a situação do trabalhador que estiver de licença, de qualquer tipo. Da mesma forma não prevê nenhuma proteção aos trabalhadores que já estão com férias marcadas, para elas não tenham a data alterada.

Diferente de situações anteriores, as horas trabalhadas aos sábados não tem, nessa portaria, previsão de cômputo em dobro pra efeito de compensação, o que é uma mudança prejudicial.

Sem contar que as datas de início e término da greve estão erradas, e há uma manifestação realizada em 23 de maio que está computada como dia de paralisação.

Resolução do Conselho da Justiça Federal pode ferir o Direito de Greve

Em 06 de fevereiro, o site do Conselho da Justiça Federal (CJF) noticiou que o colegiado do órgão havia definido regras em caso de greve da categoria.

Como a resolução ainda não foi publicada, uma análise mais apurada do seu conteúdo fica prejudicada. Porém, pelo que foi noticiado, percebe-se que a resolução poderá afrontar a Lei de Greve, principalmente, no que toca o modo de atendimento das necessidades inadiáveis, a definição dos serviços essenciais e à convocação de grevistas.

Segundo a notícia, a resolução define como essenciais um grande conjunto de serviços. Eles vão das assessorias de toda a magistratura, diretoria dos Foros e Secretarias Administrativas até as atividades de autuação, classificação, distribuição de feitos e protocolo, entre outras.

Pelo que foi noticiado, o CJF está definindo como essenciais uma amplitude de atividades que ultrapassam o já estabelecido pelo artigo 11° da Lei de Greve. Sem contar que ao estabelecer unilateralmente as condições para o atendimento desses serviços, a resolução fere o artigo 9° da Lei de Greve, que exige que isso seja feito "mediante acordo" entre grevistas e empregador.

A notícia ainda diz que para esses serviços "a autoridade máxima do órgão poderá convocar, por meio de portaria, servidores para assegurar a continuidade do trabalho durante a paralisação".

Dessa forma, a resolução também poderá atacar o Direito de Greve na convocação de grevistas por parte das chefias imediatas, pois a legislação prevê solução judicial para os impasses ocorridos entre grevistas e empregadores.

Tão logo a resolução seja publicada, o Departamento Jurídico do Sintrajud junto com a assessoria jurídica da Fenajufe estudarão o caso.

Essa medida demonstra que as pressões contra a mobilização dos trabalhadores vão aumentar. Demonstra também que o Poder Judiciário está ao lado do governo na política de reajuste zero.

Vitória: depois de 20 anos de luta, oficiais de justiça conquistam Central Única de Mandados

Categoria comemora unificação das áreas criminal e previdenciária à Ceuni.
Juiz auxiliar da presidência do TRF-3 afirma que não haverá remoção compulsória.

Por Caê Batista

Depois de muita pressão sobre o TRF-3, administração unificou as centrais de mandados, contemplando uma antiga reivindicação dos oficiais de justiça.

Publicada em 24 de janeiro deste ano, a resolução 462 amplia a competência da Central de Mandados Unificada (Ceuni) de São Paulo. A partir de agora, a central cumprirá mandados de natureza criminal.

Embora a resolução transfira os 50 cargos de oficiais de justiça das 10 varas criminais e previdenciárias de São Paulo para outras unidades, "não haverá alteração de lotação de ofício entre Subseções, devendo as vagas serem preenchidas conforme a disponibilidade de servidores".

Na segunda-feira, dia 06 de fevereiro, o advogado do Sintrajud Cesar Lignelli e o oficial de justiça Seije Tanaka estiveram com o juiz auxiliar da presidência do TRF-3, Gilberto Jordan, que tranquilizou os oficiais afirmando que "não haverá remoção compulsória".

Mesmo assim o Sintrajud alerta que é preciso manter a mobilização para que não haja nenhuma transferência contra a vontade dos trabalhadores.

Para o oficial de justiça e diretor do Sintrajud Erlon Sampaio a criação de uma central única de mandados para a área criminal é uma grande vitória da categoria, que lutava por ela há 20 anos. "São Paulo era a única cidade que não tinha uma central de mandados criminal", diz.

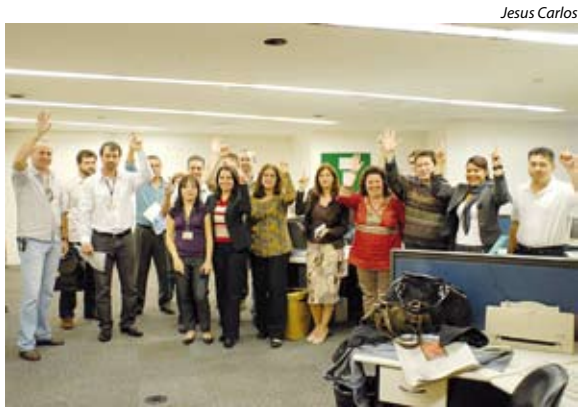
Além da atuação do sintrajud, Erlon destaca que Assojaf-SP participou ativamente na luta pela criação dessa Central Única de Mandados.

Com a ampliação da competência da Ceuni, segundo Erlon, vai haver uma maior racionalização no cumprimento de mandados criminais. "A maneira como funcionava era contraproducente e dispendioso. Muitas vezes, três, quatro servidores cumpriam mandados no mesmo endereço num mesmo dia", explica.

Porém, Erlon destaca que o Sintrajud estará "de olho nos desdobramentos da resolução, pois algumas portarias serão editadas para regulamentá-la. Sobretudo para tentar impedir qualquer ataque ao direito dos trabalhadores, já que nem sempre a administração adota critérios justos e transparentes. Deveria haver um debate entre os interessados, com a participação das entidades representativas", destaca.

Essa sensação de vitória e otimismo também é compartilhada pela oficial de justiça Elaine Amaral, que trabalha na área criminal. Ela conta que no último ano houve muito empenho por parte dos oficiais de justiça e do Sintrajud para a criação dessa central única de mandados para a área criminal. Elaine também diz que a execução de mandados será feita de forma muito mais racional e eficiente: "A administração ganha, e nós ganhamos também."

Jesus Carlos



2009 - CEUNI é uma antiga reivindicação dos oficiais de justiça.

O PL 1992/07 que cria a Previdência Complementar pode ser votado nesta semana

Previdência Complementar é a continuidade da reforma da Previdência rumo a mais uma privatização

Por Juliana Silva

O PL 1992/07 que cria a Previdência Complementar pode ser votado nesta semana, na Câmara dos Deputados. O projeto que estava na pauta para ser votado "a toque de caixa" na semana passada, foi adiado para essa semana, por falta de acordo entre governistas e oposição. O sindicato em conjunto com outras entidades participará das manifestações que acontecerão essa semana em Brasília, e exigirá dos parlamentares a rejeição desse projeto.

O PL 1992/07 faz parte da política de retirada de direitos do funcionalismo público e trata-se da continuidade da reforma da Previdência de 2003. Aliás, quem não se lembra da triste manobra promovida pelo Congresso Nacional, para aprovar a primeira reforma do Partido dos Trabalhadores no poder, que entraria para a história como um marco da traição ao funcionalismo.

Com o discurso de que a Previdência Social era deficitária, o governo Lula promoveu um dos maiores ataques aos direitos previdenciários dos trabalhadores do setor público da ativa e aposentados: quebra da paridade e integralidade, taxação dos aposentados, aprovação de novas regras para incluir a idade mínima para aposentadoria.

A "privataria" petista atacará a Previdência Pública

A vontade do governo em aprovar o PL 1992/07 faz parte do plano de privatização, que iniciou com os principais aeroportos do país.

O caráter privatista deste projeto está na criação de uma entidade fechada "Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal – FUNPRESP", de personalidade jurídica e de direito privado. A expectativa do governo é de que a Fundação se torne a maior entidade fechada de previdência complementar presente no mercado brasileiro.

Com a preocupação de tornar a Funpresp uma atratividade, o próprio projeto já prevê que a União realize um aporte inicial de recursos no montante de até R$ 50.000.000,00. Isso mesmo! Cinquenta milhões de reais do dinheiro público a título de adiantamento de contribuições futuras.

Para os dirigentes sindicais, economistas e especialistas na área, o desmonte do serviço público bem como a Previdência Social não é um ataque isolado. Faz parte do pacote de cortes em investimentos públicos como na educação, saúde, moradia, para garantir o alto pagamento de juros e amortização da dívida. Por isso, o governo está jogando pesado na votação do PL 1992/07, para garantir a política de ajuste fiscal e socorrer banqueiros e especuladores financeiros.

A Previdência Social é superavitária

A mesma propaganda feita contra a aposentadoria dos trabalhadores públicos é feita contra o regime geral, que cuida dos trabalhadores da iniciativa privada. Mas essa propaganda de que é deficitária serve apenas para "justificar" o discurso sistemático de que é preciso privatizá-la.

Estudos da Auditoria Cidadã da Dívida de 2012 mostram o contrário. O superávit registrado pela Previdência Social em 2010 foi de R$ 58 bilhões, segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Governo adia novos concursos e nomeações até a aprovação do PL 1992/07

O governo Dilma Rousseff já mandou avisar que vai adiar a realização de novos concursos públicos e a nomeação dos aprovados até que o projeto de lei que institui o Funpresp seja aprovado.

O empenho é para forçar a alteração do atual sistema de previdência do setor público, evitando que novos servidores sejam admitidos com os atuais benefícios, entre eles a aposentadoria integral.

Wladminir Aguiar



Funcionalismo unido faz manifestação em Brasília contra a reforma da previdência

Governo segura votação da PEC que garante rendimento integral a aposentados por invalidez

Está na pauta desta semana na Câmara dos Deputados, a votação em segundo turno da PEC 270/08 que garante a remuneração integral a aposentados por invalidez.

Uma das maiores perdas de direito da Reforma da Previdência de 2003 foi ter impedido os aposentados por invalidez de receberem benefícios proporcionais ao tempo de contribuição.

A luta pela reversão dessa situação poderia ter tido uma vitória na quarta-feira, dia 08 de fevereiro. Um acordo entre líderes da Câmara abria a possibilidade para votação da PEC 270/08. Porém, como não havia acordo em relação ao PL 1992/07, o governo segurou a votação da PEC.

Essa PEC concede aposentadoria integral e a paridade dos reajustes aos trabalhadores públicos aposentados por invalidez permanente, este direito também será estendido aos pensionistas. Se aprovada, ela representará uma grande vitória para todos os trabalhadores do serviço público e para as entidades sindicais, que vinham lutando por essa bandeira.

“O Estado aposta na solução militar para `resolver´ problemas sociais”, diz Defensor Público

Por Caê Batista

Em entrevista ao JJ, o Defensor Público do Estado de São Paulo Jairo Salvador de Souza fala sobre a atuação da entidade no caso dos desalojados do Pinheirinho, denuncia o completo desrespeito dos direitos humanos que está sendo promovido pela prefeitura da cidade e aponta que há crescimento das ações policiais para “solucionar” problemas sociais.

Como a Defensoria Pública do Estado está atuando junto aos desalojados de Pinheirinho?

A Defensoria Pública está atuando em três frentes principais: A primeira, instrumentalizada através de uma Ação Civil Pública, ajuizada logo após a desocupação, onde buscamos a garantia de atendimento habitacional aos desalojados, bem como a preservação da dignidade dos moradores do extinto bairro. Nesta ação, foram formulados diversos pedidos para garantir o acolhimento emergencial em condições dignas, onde fosse preservada a unidade familiar e a privacidade dos indivíduos removidos, refeições regulares e completas, transporte escolar para crianças e responsáveis, fornecimento de medicamentos de uso contínuo, atendimento psicológico, assistência médica, manutenção de guarda-volumes, além do pagamento imediato de auxílio-moradia ou locação social. A segunda linha de atuação objetiva dar consequência às denúncias de abusos no cumprimento da ordem. Nesta seara, encaminhamos as representações ao Ministério Público e Delegacia Seccional, de acordo com o caso, providenciando assistência jurídica aos ofendidos para acompanhamento das apurações. A terceira linha de ação refere-se ao ressarcimento dos danos ocasionados com o cumprimento da ordem. Já temos centenas de reclamações em relação à destruição dos móveis que guarneciam as residências, bem como denúncias sobre abusos de agentes públicos na hora do cumprimento do mandado, como bombas químicas lançadas de helicóptero diretamente dentro das residências, sem que houvesse qualquer aglomeração, morte de animais domésticos, entre muitos outros casos.

Joca Duarte



11.02.2012 - Na capital, moradores despejados na rua São João aguardam caminhão da prefeitura que irá levá-los a um galpão no Bom Retiro. Situação semelhante a dos moradores do Pinheirinho

A Defensoria Pública já definiu quais medidas adotará em relação à Prefeitura e ao governo do Estado de São Paulo?

Sim, a Defensoria vai acionar o Município de São José dos Campos, O Estado de São Paulo e a Massa Falida da Selecta para que reparem os danos que causaram à população. Estamos estudando ainda a propositura de uma outra ACP para cobrar o dano urbanístico causado à cidade.

Qual é a atual situação dos moradores nos alojamentos?

A situação é de calamidade. Não houve um planejamento adequado para acolhimento das pessoas. Os abrigos provisórios destinados à população removida do Pinheirinho, sem sombra de dúvida, mais se assemelham a campos de concentração. Há falta de chuveiros, denúncias de comida estragada, pressão psicológica para que deixem o abrigo imediatamente, enfim, o tratamento tem se caracterizado pelo absoluto desrespeito aos direitos humanos mais elementares. Parece até uma espécie de punição, sem julgamento e sem direito de defesa.

No sábado, 04 de fevereiro, 11 Defensores Público estiveram em São José coletando informações e depoimentos com os moradores. O que tem sido dito pelos desalojados?

Incrivelmente, as declarações dos moradores convergiram para os mesmos fatos: violência desnecessária dos policiais do Batalhão de Choque e dos posicionados nos helicópteros e da Guarda Municipal, extravio, deterioração ou destruição de móveis, perda de mantimentos, roupas, medicamentos, animais de criação, animais domésticos e até veículos, como bicicletas e motocicletas.

Na audiência pública, realizada na Alesp, o senhor disse que existe em São José uma “política de extermínio físico da pobreza”. Como essa política se concretiza?

Esta política pública vem sendo implementada há anos e parte do pressuposto da eliminação física dos adensamentos não regularizados. Várias foram as comunidades erradicadas fisicamente das áreas centrais da cidade, ao pretexto de conceder-lhes dignidade. Podemos citar Vila Nova Tatetuba, Nova Detroit, Caparaó, Torrão de Ouro, Vila Rossi, Travessa dos Anões, Martins Guimarães e Vila do Pena, entre tantas outras. Tal política de segregação da pobreza somente transfere o problema de local. No caso da Vila Nova Tatetuba, por exemplo, as famílias foram removidas com grande violência de uma área que ocupavam há mais de 30 anos, transferidas para um bairro distante da zona Leste da cidade. As pessoas que levavam não mais que dez minutos para chegar ao centro da cidade, agora levam mais de uma hora e meia para chegar ao mesmo destino. Curiosamente, no caso da Vila Nova Tatetuba, a área desocupada pela favela que havia sido considerada de risco para a população pobre, aparece hoje como propícia a empreendimentos imobiliários em documento oficial da Prefeitura, denominado “Plano de Estruturação Urbana”. A desocupação da Vila Nova Tatetuba ocorreu em 2005, e até hoje, cerca de 30 famílias que se recusaram a ir para os empreendimentos oferecidos pelo Município, ainda continuam desabrigadas, ocupando um galpão da Rede Ferroviária Federal na Zona central da Cidade.

O senhor diria que a desocupação do Pinheirinho está inserida num contexto mais amplo de crescimento da repressão policial? O Estado está ficando mais repressor?

As ações desastrosas na Cracolândia e, agora, no Pinheirinho, apontam neste sentido. O Estado, aparentemente, tem apostado na solução militar para tentar resolver problemas sociais. O recrudescimento das ações policiais como política pública é base para o obscurantismo. Dispersar doentes a bala de borracha e bombas químicas e expulsar moradores com bombas jogadas de helicóptero se inserem neste mesmo contexto de prestígio desmedido às soluções militares para problemas sociais. Se, por um lado, tal agir traz um apoio imediato de parte significativa da população, como revelado nos dois casos, por outro lado, o custo é muito alto, pois nem mesmo com unanimidade de consultados os direitos humanos podem ser sacrificados. Não se trata de ponderação quantitativa, mas de garantir o que resta de humanidade em nós.

Tanda Melo



11.01.2012 - Dr. Jairo, à esquerda, em negociação com o assessor da Presidência da República sobre a regularização do Pinheirinho.

Campanha de solidariedade aos trabalhadores do Pinheirinho

O Sintrajud está coletando alimentos, roupas, remédios para os moradores do Pinheirinho.
As doações podem ser entregues na sede do sindicato, rua Antonio de Godoy, 88, 16°, Centro, São Paulo.
Ou ainda para algum diretor da entidade.